

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO

Danièle Kergoat

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas são antes de tudo construções *sociais*. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, têm uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem através da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, de maneira concisa: divisão sexual do trabalho.

A Divisão Sexual do Trabalho

Esta noção foi primeiro utilizado pelos etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre os homens e as mulheres nas sociedades que eles estudavam; Levi-Strauss fez dela o mecanismo explicativo da estruturação da sociedade em família. Mas são as antropólogas feministas, as primeiras, que lhes deram um conteúdo novo demonstrando que ela traduzia não uma complementaridade de tarefas, mas uma relação de poder dos homens sobre as mulheres (Mathieu, 1991^a; Tabet, 1998). Utilizada em outras disciplinas como história e sociologia, a divisão sexual do trabalho tomou, durante os trabalhos, valor de conceito analítico.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...)

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o *princípio de separação* (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o *princípio de hierarquização* (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher). Eles são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço – o que permite segundo alguns e algumas (Héritier-Augé, 1984), mas não segundo outros (Peyre e Wiels, 1997) afirmar que elas existem desta forma desde o início da humanidade. Estes princípios podem ser aplicados graças a um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Este processo empurra o gênero para o sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados, os quais remetem ao destino natural da espécie. No sentido oposto, a teorização em termos de divisão sexual do trabalho afirma que as práticas sexuadas são construções sociais, elas próprias resultado de relações sociais.

Portanto, não mais que as outras formas de divisão do trabalho, a divisão sexual do trabalho não é um dado rígido e imutável. Se seus princípios organizadores permanecem os mesmos, suas modalidades (concepção de trabalho reprodutivo, lugar das mulheres

no trabalho mercantil, etc...) variam fortemente no tempo e no espaço. Os aportes da história e da antropologia o demonstraram amplamente: uma mesma tarefa, especificamente feminina em uma sociedade ou em um ramo industrial, pode ser considerada tipicamente masculina em outros (Milkman, 1987). Problematizar em termos de divisão sexual do trabalho não remete, portanto a um pensamento determinista; ao contrário trata-se de pensar a dialética entre invariantes e variações, pois se este raciocínio supõe trazer à tona os fenômenos da reprodução social, ele implica estudar simultaneamente os deslocamentos e rupturas daquilo bem como a emergência de novas configurações que tendem a questionar a existência mesma desta divisão.

Da Opressão às Relações Sociais de Sexo

A divisão sexual do trabalho foi objeto de trabalhos precursores em vários países (Madeleine Guilbert, Andrée Michel, Viviane Isambert-Jamati,...). Mas foi no começo dos anos 1970 que houve na França, sob o impulso do movimento feminista, uma onda de trabalhos que dariam rapidamente as bases teóricas deste conceito.

Para começar, lembremos alguns fatos: não foi tratando a questão do aborto, como usualmente se diz, que o movimento feminista começou. Foi a partir da tomada de consciência de uma *opressão* específica: tornou-se coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho era realizada gratuitamente pelas mulheres, que este trabalho era invisível, que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal. E a denúncia (pensemos no título de um dos primeiros jornais feministas franceses: *Le torchon brûlé*¹) se desdobra em uma dupla dimensão: basta² de executar aquilo que se conviria chamar “trabalho”, e que tudo se passa como se sua designação às mulheres, e somente a elas, fosse automática e que não fosse visto nem reconhecido.

Muito rapidamente as primeiras análises desta forma de trabalho apareceram nas ciências sociais. Para citar apenas dois corpos teóricos temos o “modo de produção doméstico” (Delphy, 1974-1998), e o “trabalho doméstico” (Chabaud-Rychter et al., 1984). A conceitualização marxista – relações de produção, classes sociais definidas pelo antagonismo capital/trabalho, modo de produção – era na época preponderante pois nos situávamos em um ambiente de esquerda – e sabemos que a maioria das feministas fazia parte da esquerda (Picq, 1993).

Mas, pouco a pouco, as pesquisas se desligaram desta referência obrigatória para analisar o trabalho doméstico como atividade de trabalho com o mesmo peso que o trabalho profissional. Isto permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada na esfera doméstica e na esfera profissional, e pudemos raciocinar em termos de *divisão sexual do trabalho*.

Por uma espécie de efeito bumerangue, depois que a “família”, sob a forma de entidade natural, biológica ... desfez-se para aparecer prioritariamente como um lugar de exercício de um trabalho, foi em seguida a esfera do trabalho assalariado, pensada até o momento

¹ NT: O pano de prato queimado

² NT: ela utiliza aqui a expressão consagrada no movimento “ras-le-bol”

em torno somente do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado, branco, que implode (Delphy e Kergoat, 1984)

Este duplo movimento dá lugar, em muitos países, ao aparecimento de muitos trabalhos que utilizam a abordagem em termos de divisão sexual do trabalho para repensar o trabalho e suas categorias, suas formas históricas e geográficas, inter-relação das múltiplas divisões do trabalho socialmente produzido. Estas reflexões permitiram trazer a campo conceitos como tempo social (Langevin, 1997), qualificação (Kergoat, 1982), produtividade (Hirata e Kergoat, 1988) ou, mais recentemente, competência.

A divisão sexual do trabalho tinha, no começo, um status de articulação de duas esferas, como indica o sub-título *Estruturas familiares e sistemas produtivos do Sexo do trabalho* publicado em 1984. Mas esta noção de articulação se mostrou rapidamente insuficiente: os dois princípios – separação e hierarquia – se encontram em toda parte e se aplicam sempre no mesmo sentido, era necessário passar a um segundo nível de análise: a conceitualização desta relação social recorrente entre o grupo dos homens e o das mulheres.

Uma oficina, a APRE (Atelier production reproduction – Oficina produção reprodução), funcionou regularmente a partir de 1985 desembocando em uma mesa redonda internacional: *Relações sociais de sexo: problemáticas, metodologias, campos de análise* (Paris, 1987); paralelamente algumas das participantes publicaram em 1986 *A propósito das relações sociais de sexo. Percursos epistemológicos*, no quadro da ATP do CNRS “Pesquisas feministas e pesquisas sobre as mulheres” (Battagliola et al.).

Entretanto, simultaneamente a este trabalho de construção teórica se iniciava um declínio da força subversiva do conceito de divisão sexual do trabalho. O termo é agora usual no discurso acadêmico das ciências humanas, e particularmente na sociologia. Mas na maior parte das vezes ele é espoliado de toda conotação conceitual e retorna a uma abordagem sociográfica que descreve os fatos, constata desigualdades, mas não organiza estes dados de maneira coerente. O trabalho doméstico, que havia sido objeto de numerosos estudos, era muito raramente analisado; mais precisamente, ao invés de se utilizar este conceito para reinterrogar a sociedade salarial (Fougeyrollas-Schwebel, 1998) se fala em termos de “dupla jornada”, de “acumulação” ou de “conciliação de tarefas” como se fosse somente um apêndice do trabalho assalariado. Daí um movimento de deslocamento e focalização sobre este último (as desigualdades no trabalho, no salário, trabalho em tempo parcial,...) e sobre o acesso à política (cidadania, reivindicação de paridade,...). Por sua vez, o debate em termos de relações sociais (de sexo) é bastante negligenciado.

Podemos ver aí os efeitos conjugados do desemprego em massa e das “novas formas de emprego”, do crescimento do neoliberalismo, do declínio numérico da classe operária tradicional, da queda do muro de Berlim com suas conseqüências políticas e ideológicas: o esvaziamento da análise em termos de relações sociais acima da lógica econômica não poupou nenhum setor das ciências sociais.

As Relações Sociais de Sexo

A noção de relações sociais foi, salvo notáveis exceções (Godelier, 1984; Zarifian, 1997), pouco trabalhada como tal pelas ciências sociais na França.

A relação social é, no início, uma tensão que atravessa o campo social. Não é alguma coisa passível de reificação. Esta tensão produz certos fenômenos sociais e, em torno do que está em jogo neles se constituem grupos de interesses antagônicos. Em nosso caso, trata-se do grupo social homens e do grupo social mulheres – os quais não são em nada passíveis de serem confundidos com a bicategorização biologizante machos/fêmeas.

Estes grupos estão em tensão permanente em torno de uma questão, o trabalho e suas divisões. Por isto podemos avançar as seguintes proposições: relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são dois termos indissociáveis e que formam epistemologicamente um sistema; a divisão sexual do trabalho tem o status de *enjeu*³ das relações sociais de sexo.

Estas últimas são caracterizadas pelas seguintes dimensões:

- a relação entre os grupos assim definidos é antagônica;
- as diferenças constatadas entre as práticas dos homens e das mulheres são construções sociais e não provenientes de uma causalidade biológica;
- esta construção social tem uma base material e não é unicamente ideológica – em outros termos, a “mudança de mentalidades” jamais acontecerá espontaneamente se estiver desconectada da divisão de trabalho concreta – podemos fazer uma abordagem histórica e periodizá-la;
- estas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação.

Esta relação social tem, além disso, características singulares: ela se encontra, já vimos, em todas as sociedades conhecidas, e mais, ela é estruturante para o conjunto do campo social e transversal à totalidade deste campo – o que não é o caso do conjunto das relações sociais. Podemos então considerá-la como um paradigma das relações de dominação.

Do Campo Epistemológico ao Espaço do Político

Já vimos, a expressão “divisão sexual do trabalho” tem sentidos muitos diferentes e muitas vezes se remete a uma abordagem descritiva. Isto foi e permanece indispensável (por exemplo, a construção de indicadores confiáveis para medir a (des)igualdade profissional homens/mulheres é um verdadeiro desafio político na França). Mas falar em termos de divisão sexual do trabalho é ir mais além de uma simples constatação de desigualdades: é articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar estas atividades.

Há debate sobre o conteúdo da expressão “relações sociais de sexo”. Para tornar preciso os termos, lembremos que o idioma francês tem a vantagem de propor duas palavras:

³ NT: o que está em jogo, em disputa, o desafio.

“rapport” e “relation”⁴. Uma e outra recobrem dois níveis de apreensão da *sexuation* do social (tornar o social sexuado). A noção de *rapport* social dá conta da tensão antagônica que se desenrola em particular em torno da questão divisão sexual do trabalho e que termina na criação de grupos sociais que têm interesses contraditórios. A denominação “relations” sociais remete às relações concretas que mantêm os grupos e indivíduos. Assim, as formas sociais “casal” ou “família” tal como podemos observar em nossas sociedades são de uma só vez expressão das relações (*rapports*) sociais de sexo configurados por um sistema patriarcal, e ao mesmo tempo elas são consideradas como espaços de interação social que vão eles mesmos recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de como se torna sexuado o social.

Insistir sobre o antagonismo ou sobre o vínculo corresponde então a duas posturas de pesquisa que tornam-se contraditórias quando deixamos o plano da observação para passar ao da epistemologia: são as relações sociais que pré-configuram a sociedade. *Versus*: é a multiplicidade de interações que, no seio de um universo browniano, cria pouco a pouco as normas, as regras... que podemos observar em uma sociedade dada. E nesta última perspectiva, relativamente hegemônica nas ciências sociais atualmente, que somos levadas a falar, por exemplo, de complementaridade de tarefas e por consequência de designar prioritariamente às mulheres – e com toda “legitimidade” – o trabalho em tempo parcial.

Como podemos ver, o que está em jogo neste debate não é somente de ordem epistemológica. É também de ordem política. Trata-se: 1) de compreender historicamente como as relações sociais tomaram corpo nas instituições e legislações (o casal, a família, a filiação, o trabalho, o Código Civil, etc.) que têm por função cristalizar tudo, legitimando o estado das relações de força entre os grupos em um momento dado (Scott, 1990) e 2) desvelar novas tensões geradas na sociedade e procurar compreender como elas deslocam as questões e permitem potencialmente deslegitimar as regras, normas e representações que apresentam os grupos sociais constituídos em tornos destas questões como grupos “naturais”. Em síntese, é poder pensar a utopia ao mesmo tempo em que se analisa o funcionamento do social.

Portanto, os grupos de sexo não sendo mais “categorias” imutáveis, fixas, a-históricas e a-sociais, podemos periodizar a relação que os constitui um pelo outro (graças à análise da evolução das modalidades das questões sociais) e podemos então abordar o problema da mudança – e não somente do rearranjo – do social.

Este ponto de vista, minoritário nas ciências sociais, permanece, no entanto, amplamente compartilhado por aquelas e aqueles que trabalham sobre a *sexuation* do social e reconhecem a opressão de um sexo pelo outro. E isto desde o início dos anos 1970 na França. Entretanto, duas questões permanecem em debate:

- É necessário centrar a reflexão somente sobre as relações sociais de sexo ou, ao contrário, tentar pensar o *conjunto* das relações sociais em sua simultaneidade? A tentação de hegemônizar uma só relação social – no caso a relação social de sexo – é grande, mesmo que fosse só para tentar preencher o vazio quase total na matéria. Estes trabalhos, geralmente brilhantes (pensemos por exemplo nos de Delphy, Guillaumin, Mathieu,...), oferecem instrumentos poderosos, novos e explicativos. Mas

⁴ NT: em português ambas se traduzem por relação.

considerar somente a relação de dominação homem/mulher, e as lutas contra ela, é insuficiente para tornar inteligíveis a diversidade e a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas.

- O segundo debate – e passamos aí da construção do objeto de pesquisa à interpretação dos fatos observados – retorna à caracterização da relação social de sexo. Em *O Sexo do trabalho* e nos trabalhos
- coletivos e individuais que se seguiram se exprimiu um amplo consenso sobre a transversalidade das relações sociais de sexo. Mas esta caracterização é insuficiente se não se soma a ela uma outra dimensão: a interpenetração constante das relações sociais. Tomemos o exemplo do modo de produção capitalista: ele é construído sobre a separação dos lugares e tempos da produção e da reprodução; quanto ao que chamamos “trabalho doméstico” é uma forma histórica particular do trabalho reprodutivo, forma inseparável da sociedade salarial. Em outros termos, as relações sociais são consubstanciais.

Este debate não se reduz a uma querela escolástica: ele remete a posições analíticas muito diferentes tanto do ponto de vista científico quanto do ponto de vista político. Assim torna-se impossível isolar o trabalho ou o emprego das mulheres, trata-se ao contrário de operar simultaneamente, como elementos centrais explicativos, com a evolução das relações de sexo, de classe e norte/sul; o mesmo para a família, a explosão destas formas sociais e tentativas de enquadramento jurídico; ou a evolução de formas de virilidade, paternidade/maternidade, ou os debates atuais sobre imigração e agrupamento familiar.

Esta consubstancialidade das relações sociais permite compreender a natureza das fortes turbulências que atravessam atualmente a divisão sexual do trabalho. Dois exemplos:

- A aparição e o desenvolvimento, com a precarização e a flexibilização do emprego, dos “nomadismos sexuais” (Kergoat, 1998): nomadismos no tempo para as mulheres (é o grande aumento do trabalho em tempo parcial geralmente associado à concentração de horas de trabalho dispersas na jornada ou na semana); nomadismos de espaço para os homens (interinos, canteiros de BTP e nucleares para os operários, banalização e multiplicação dos deslocamentos profissionais na Europa e no mundo para os executivos superiores). Aqui se vê bem como a divisão sexual do trabalho e do emprego e, de maneira recíproca, como a flexibilização podem reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo.
- O segundo exemplo é a *dualização do emprego feminino*, o que ilustra bem o cruzamento das relações sociais. Desde o começo dos anos 1980 o número de mulheres contabilizadas pelo INSEE (pesquisas emprego) como “executivas e profissionais intelectuais superiores” mais do que dobrou: cerca de 10% das mulheres ativas estão atualmente nesta categoria. Simultaneamente à precarização e à pobreza de um número crescente de mulheres (elas representam 46% da população ativa, mas 52% dos desempregados e 79% dos baixos salários), assistimos a um aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção de mulheres ativas que não pode ser desconsiderada. Vemos surgir assim pela primeira vez na história do capitalismo uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como

antes pelos homens: pais, esposos, amantes...) se opõem frontalmente aos interesses daquelas tocadas pela generalização do tempo parcial, dos empregos de serviço muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, usualmente mais atingidas pela precariedade.

Podemos assim trabalhar de conjunto sobre a totalidade do social sem se apressar em buscar a "boa" relação social ou a "boa" identidade individual ou coletiva. Considerar que estas relações sociais não evoluem no mesmo ritmo no tempo e no espaço no permite perceber de uma só vez a complexidade e a mudança. E assim, as categorias sociais – evidentemente sempre definidas pelos dominantes – explodirão deixando espaço a um conjunto móvel de configurações nas quais os grupos sociais se fazem e desfazem, os indivíduos construindo sua vida por meio de práticas sociais muitas vezes ambíguas e contraditórias.

Bibliografia

- Collectif, *Le sexe du travail. Structures familiales et système productif*, Grenoble, PUG, 1984, 320 p.
- Daune-Richard Anne-Marie, Devreux Anne-Marie, Rapports sociaux de sexe et conceptualisation sociologique, *Recherches féministes*, 1992, vol. 5, nº 2, p. 7-30.
- Kergoat Danièle, A propos des rapports sociaux de sexe, *Revue M*, avril-mai 1992c, nº 53-54, p. 16-20.
- Kergoat Danièle, La division du travail entre les sexes, in Jacques Kergoat et al., *Le monde du travail*, Paris, La Découverte, 1998, p. 319-329.
- Mathieu Nicole-Claude, Critiques épistémologiques de la problématique des sexes dans le discours ethno-anthropologique [1985a], in N.-C.Mathieu, *L'anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe*, Paris Côté femmes "Recherches", 1991a, p. 75-127.
- Scott Joan, Genre: une catégorie utile d'analyse historique, *Les Cahiers du GRIF "Le Genre de l'histoire"*, 1988b, nº 37-38, p. 125-153.
- Tabet Paola, *La construction sociale de l'inégalité des sexes: des outils et des corps*, Paris, L'Harmattan "Bibliothèque du féminisme", 1998, 206 p. [textes de 1979 et 1985].

Este artigo foi publicado no *Dictionnaire critique du féminisme*, organizado por Helena Hirata, Françoise Laborie, Hélène Le Doaré, Danièle Senotier. Ed. Presses Universitaires de France. Paris, novembro de 2000. Traduzido por Miriam Nobre em agosto de 2003.